


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0019942-23.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Luciana Cristina Possato de Souza**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 06 de julho de 2015, faço estes autos
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
 Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 2084/10

VISTOS

LUCIANA CRISTINA POSSATO DE SOUZA ajuizou a
 presente ação de **ACIDENTE DO TRABALHO** em face do **INSTITUTO NACIONAL DO
 SEGURO SOCIAL – INSS**, todos devidamente qualificados, aduzindo, em síntese, que
 trabalhava na linha de produção da empresa LATINA e devido a freqüentes movimentos
 repetitivos foi acometida de doenças profissionais denominadas lombociatalgia,
 fibromialgia, fascite plantar cônica bilateral e tenossinovite crônica. Alegou que está
 recebendo auxílio doença desde o dia 03/06/2008. Pediu a produção de prova pericial,
 apresentou quesitos e culminou por rogar a condenação do requerido a conceder o
 benefício da aposentadoria em 50% do salário de contribuição desde a data da alta
 médica mal concedida.

A inicial veio instruída com documentos.

Pelo despacho de fls. 48 foi deferida perícia médica.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Regularmente citado, o requerido apresentou contestação à fls. 56 e ss, sustentando, em síntese, que não houve perda da capacidade laborativa e que por isso a autora não faz jus ao benefício pretendido. Pede a improcedência da ação.

Documentos às fls. 71 e ss e 176/277.

Réplica às fls. 162/163.

Laudo pericial encartado às fls. 284 e ss e complementado às fls. 413.

Manifestação das partes às fls. 358/360 e 365/366.

Memoriais encartados às fls. 372/375 e 376.

Pelo despacho de fls. 377 o julgamento foi convertido em diligência, determinando que a autora apresentasse aos autos a “prova técnica” referida a fls. 365; todavia, tal prazo decorreu sem que a autora providenciasse o encarte de tal documentação (certidão de fls. 377-verso).

Em resposta à determinação do juízo foram encartados ofícios às fls. 382, 391/392 e 395/406.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

A autora vem a juízo sustentando que passou a ser acometida de “doenças músculo-tendino-sinoviais” quando trabalhava na linha de produção da LATINA, sua então empregadora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ali começou a laborar (como operadora de produção) em fevereiro de 1995, fazendo adaptações em motores já concluídos.

A fls. 398 temos descrição detalhada do mister.

O afastamento se deu em janeiro de 1998, muito embora os primeiros sintomas dolorosos tenham eclodido após um ano e meio de início das atividades (ou seja, em meados de 1996).

O exame pericial oficial (fls. 285/287) não foi impugnado especificamente pelo réu e concluiu que a obreira “contraiu” sobreditas doenças, mais especificamente as sequelas nos tendões dos membros superiores, no desempenho do mister.

A autora, de sua feita, concordou com a conclusão do Vistor Oficial (fls. 358/360) e o INSS se limitou a lançar sua ciência (fls. 422).

Por outro lado, inegável o caráter irreversível e progressivo das moléstias.

Assim, sempre que a autora for submetida ao estímulo, a tendência será a intensificação dos sintomas e piora do caso.

Em suma: acometida de uma incapacitação parcial e permanente a autora faz jus ao auxílio acidente a partir da alta médica mal concedida em 27/11/2006 (cf. fls. 38).

Pelo exposto, **ACOLHO** o pedido inicial para o fim de conceder à autora o auxílio acidente de 50% (cinquenta por cento) nos termos do art. 86 da Lei 8.213/91



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

com as modificações dadas pela Lei 9.032/95, já que a lei aplicável ao caso é aquela vigente na data da citação, ainda mais porque favorável à obreira.

O termo inicial do benefício (auxílio acidente) consoante o art. 86, parágrafo 2º, da Lei 8213/91, é o dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença acidentário, ou seja, 27/11/2006 (fls. 38).

O abono anual também é devido, nos termos do artigo 40 da Lei 8.213/91.

Os juros de mora incidem desde a citação inicial, à razão de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil até 30.06.2009, data da entrada em vigor da Lei nº 11.960/09, quando passarão a ser aplicados os critérios de seu art. 1º-F.

Sucumbente, arcará o INSS com o pagamento de honorários de 10% sobre a anuidade do benefício, bem como honorários da vistoria oficial (já desembolsados).

Se o caso, submeto a presente decisão a remessa necessária, conforme art. 475, § 1º, CPC.

Presentes os requisitos do art. 273 do CPC antecipo a concretização/implantação do benefício. Oficie-se imediatamente à agência competente.

P.R.I.

São Carlos, 15 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**